



A INTERSETORIALIDADE COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO ENTRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO BÁSICA

Antonia Leticia Benigno De Oliveira¹, Samyra Paula Lustoza Xavier²

Resumo: A intersectorialidade tem se consolidado como estratégia essencial para a efetivação de políticas públicas e para a promoção da cidadania, especialmente em espaços formativos como a escola. Nesse sentido, a presente proposta apresenta a experiência de um projeto de extensão universitária que articula a Universidade Regional do Cariri – URCA, a rede de educação básica e o setor saúde, com o intuito de fortalecer práticas educativas integradas e emancipadoras. O objetivo foi destacar as estratégias de articulação entre universidade, saúde e escola na perspectiva da promoção da cidadania e do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, do tipo relato de experiência das ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Saúde e Cidadania na Escola (PESCE) e como esse processo tem acontecido entre universidade, escola e saúde. Os resultados indicaram que a aproximação entre universidade e comunidade escolar favoreceu a construção de saberes interdisciplinares, a problematização de questões sociais e de saúde relevantes ao contexto local, além de promover maior engajamento dos sujeitos envolvidos quando, fundamentada em rodas de conversa, oficinas temáticas, ações de promoção da saúde e atividades lúdico-pedagógicas realizadas em escolas públicas do município, envolvendo estudantes, professores, profissionais da saúde e extensionistas. Observou-se ainda que a intersectorialidade potencializou a inserção da extensão universitária como prática formativa, contribuindo para a efetivação das diretrizes nacionais da extensão, em especial a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a formação cidadã e a transformação social. A discussão evidencia que a integração entre setores amplia as possibilidades de intervenção e de formação crítica, uma vez que permite que os sujeitos compreendam a escola como espaço de construção coletiva e de exercício da cidadania. Conclui-se que o trabalho intersectorial, ancorado na extensão universitária, fortalece vínculos comunitários e institucionais, amplia o acesso a direitos e reafirma a escola como território de promoção da vida, da saúde e da cidadania.

Palavras-chave: Intersetorialidade. Extensão universitária. Saúde. Educação básica. Cidadania.

¹ Estudante Bolsista, Universidade Regional do Cariri, curso de Enfermagem, E-mail: leticia.benigno@urca.br

² Coordenadora do projeto, Universidade Regional do Cariri, Curso de Enfermagem, E-mail: samyra.xavier@urca.br



INTRODUÇÃO

A escola, enquanto espaço privilegiado de formação humana e social, é atravessada por múltiplos desafios relacionados à promoção da cidadania, ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e à garantia de direitos fundamentais. Nesse contexto, a intersetorialidade tem se apresentado como ferramenta estratégica na construção de políticas públicas que dialogam com as necessidades reais das comunidades escolares, articulando diferentes setores como saúde, educação e assistência social. Tal perspectiva parte do reconhecimento de que os problemas vivenciados pela população, sobretudo em territórios vulnerabilizados, não podem ser enfrentados de maneira isolada, exigindo a integração de saberes e práticas de diferentes áreas do conhecimento (FECHNER; GUMBOWSKY, 2021-2022).

No campo educacional, a articulação com o setor saúde tem sido objeto de destaque, principalmente através de programas e projetos que buscam inserir práticas preventivas, de cuidado e de promoção da saúde no cotidiano escolar. Essa integração não se limita à realização de campanhas esporádicas ou atividades pontuais, mas busca construir uma política pedagógica integrada, que reconhece a saúde como parte constitutiva do processo de ensino e aprendizagem. Assim, iniciativas voltadas para a alimentação saudável, a atividade física regular, a saúde mental, a prevenção do uso de substâncias e a promoção da convivência respeitosa tornam-se elementos indissociáveis da vida escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa perspectiva se concretiza, por exemplo, nas experiências de escolas promotoras de saúde, nas quais a intersetorialidade permite a construção de ambientes mais saudáveis, participativos e inclusivos, nos quais o bem-estar coletivo é assumido como princípio educativo e como responsabilidade compartilhada (BARILLI; PESSÔA, 2023).

Esse movimento amplia o papel da escola para além da sua função tradicional, conferindo-lhe caráter de espaço formativo ampliado, que se ocupa não apenas da transmissão de conteúdos curriculares, mas também da formação cidadã.



Nesse sentido, a escola passa a ser reconhecida como território de exercício de direitos e de práticas de cidadania, em que o conhecimento científico dialoga com as vivências da comunidade e se converte em ferramenta de transformação social. Ao articular saúde e educação, cria-se um ambiente que favorece tanto a aprendizagem formal quanto o desenvolvimento de competências socioemocionais, como solidariedade, empatia e corresponsabilidade (GONÇALVES DE CARVALHO; SILVA, 2014).

Além disso, essa integração fortalece a escola enquanto núcleo comunitário, pois a mobilização em torno de projetos de promoção da saúde envolve não apenas professores e estudantes, mas também famílias, gestores, profissionais de saúde e demais atores sociais. A comunidade escolar, ao participar de rodas de conversa, oficinas, campanhas educativas e outras atividades intersetoriais, passa a se reconhecer como protagonista dos processos de cuidado e de transformação. Esse engajamento coletivo contribui para o fortalecimento dos laços sociais, amplia a confiança entre escola e comunidade e reforça a ideia de que a saúde e a educação são dimensões inseparáveis para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Por fim, ao se constituir como espaço de diálogo entre diferentes setores, a escola reafirma sua centralidade como território de promoção de cidadania e de fortalecimento comunitário. A inserção de práticas intersetoriais não apenas potencializa o processo de aprendizagem, mas também prepara os sujeitos para atuarem criticamente em sua realidade, reconhecendo-se como agentes capazes de intervir em seu contexto social e de reivindicar políticas públicas que assegurem seus direitos. Desse modo, a escola intersetorializada torna-se, simultaneamente, lugar de ensino, de cuidado, de convivência e de emancipação social, reafirmando sua relevância na construção de um projeto coletivo de sociedade.

A literatura aponta, entretanto, que a efetivação da intersetorialidade enfrenta entraves e contradições. Em muitas situações, prevalece uma lógica bissetorial, na qual



saúde e educação atuam de forma paralela e não integrada, dificultando a construção de estratégias conjuntas e sustentáveis (SANTOS; SOUZA; PASQUIM, 2023).

Além disso, estudos têm demonstrado que fatores como a ausência de políticas articuladas de assistência social ou a desigual distribuição de responsabilidades entre setores podem comprometer o alcance de resultados significativos (SANTOS; SOUZA; PASQUIM, 2023).

Outra dimensão importante refere-se às relações de poder e de gênero que atravessam o processo intersetorial, revelando como as práticas de cuidado e educação são, muitas vezes, naturalizadas como responsabilidade de determinados grupos, em especial das mulheres. Tal fenômeno, denominado de “generificação da intersectorialidade”, aponta para a necessidade de análises críticas que contemplem as desigualdades estruturais que permeiam as práticas de saúde e educação (SILVEIRA; MEYER; FÉLIX, 2019/2020).

Nesse cenário, a extensão universitária surge como elemento central para fortalecer a intersectorialidade no âmbito escolar, uma vez que articula ensino, pesquisa e intervenção social, favorecendo a troca de saberes entre a universidade e a comunidade. Experiências desenvolvidas em programas de extensão revelam que a aproximação com escolas e unidades de saúde possibilita a construção de práticas inovadoras, a valorização do conhecimento local e a ampliação das condições de participação cidadã (SOUSA, 2017).

Desse modo, a universidade assume papel fundamental na indução de processos transformadores, atuando como mediadora entre setores e como agente de democratização do conhecimento. Diante desse panorama, torna-se relevante investigar como as estratégias de articulação entre extensão universitária, setor saúde e educação básica contribuem para a promoção da cidadania na escola. Tal análise permite não apenas compreender os limites e potencialidades da intersectorialidade, mas também



apontar caminhos para a construção de práticas mais integradas, emancipatórias e comprometidas com o desenvolvimento social e humano

DESENVOLVIMENTO

A compreensão da escola como espaço ampliado de formação social e cidadã pressupõe a articulação entre diferentes setores e políticas públicas. Nesse sentido, a intersetorialidade constitui um eixo estruturante para a consolidação de ações que vão além da dimensão pedagógica, alcançando aspectos ligados à saúde, ao bem-estar e à vida em comunidade. A integração entre setores possibilita o compartilhamento de saberes e recursos, potencializando os processos educativos e contribuindo para o fortalecimento da cidadania (FECHNER; GUMBOWSKY, 2021-2022).

As práticas intersetoriais na interface saúde e educação têm sido amplamente analisadas como instrumentos fundamentais para a constituição de escolas promotoras de saúde, conceito que vai além da simples inserção de conteúdos pontuais relacionados à prevenção de doenças ou ao incentivo de hábitos saudáveis. Trata-se de uma perspectiva pedagógica que reconhece a saúde como dimensão integral da vida escolar e, por isso, busca inseri-la no cotidiano das práticas educativas, como parte inseparável da formação cidadã. Nesse modelo, a saúde não é vista como responsabilidade exclusiva do setor médico ou do atendimento especializado, mas como um direito social que deve ser incorporado ao processo de ensino e aprendizagem, valorizando a participação ativa dos sujeitos, a corresponsabilidade coletiva e a articulação de diferentes saberes (BARILLI; PESSÔA, 2023).

Tais experiências revelam que a escola se configura como espaço privilegiado para o desenvolvimento de políticas públicas integradas, sobretudo porque reúne, em seu território, não apenas crianças e adolescentes em processo de formação, mas também famílias, profissionais da educação, gestores e membros da comunidade. A partir dessa confluência, a escola torna-se um ponto estratégico de encontro entre diferentes setores, nos quais as práticas educativas se entrelaçam às ações de cuidado,



de prevenção e de promoção da saúde. Assim, o ambiente escolar é ressignificado, deixando de ser um espaço restrito à transmissão de conhecimentos formais e passando a ser reconhecido como território de vida, convivência e cidadania, no qual as dimensões do social e do educativo dialogam de maneira mais ampla.

Contudo, a literatura aponta que a efetivação dessa intersectorialidade ainda enfrenta entraves significativos, que comprometem a consolidação de políticas efetivamente integradas. Em muitos contextos, prevalece uma lógica fragmentada, marcada pela manutenção de práticas isoladas, nas quais cada setor — seja saúde, educação ou assistência social — desenvolve suas ações de forma paralela, sem construir estratégias conjuntas de longo prazo. Esse fenômeno, denominado por alguns autores como “bissetorialidade”, expressa a limitação das iniciativas que, embora mobilizem dois ou mais setores, não alcançam a articulação necessária para que se configurem como verdadeiramente intersectoriais (SANTOS; SOUZA; PASQUIM, 2023).

A bissetorialidade, ao restringir o alcance das ações, tende a reduzir o potencial transformador da escola, uma vez que não promove uma visão integral dos problemas enfrentados pela comunidade escolar. A ausência de políticas públicas claras de assistência social, que complementem e sustentem as práticas educativas e de saúde, é um dos fatores que comprometem a efetividade da intersectorialidade. Além disso, a sobrecarga de responsabilidades atribuídas, sobretudo, aos profissionais da educação — que muitas vezes precisam responder sozinhos a demandas complexas ligadas à saúde física e mental dos estudantes — evidencia a necessidade de redefinir papéis e de compartilhar responsabilidades de forma mais equilibrada entre os setores envolvidos.

Dessa forma, observa-se que, embora haja um avanço conceitual e prático na defesa da escola como promotora de saúde e cidadania, a consolidação desse modelo ainda exige enfrentamento de desafios estruturais. É necessário superar a fragmentação entre setores, garantir recursos humanos e financeiros adequados, criar espaços de diálogo permanente entre profissionais e comunidades e, sobretudo, reafirmar a



intersectorialidade como política de Estado, e não apenas como iniciativa pontual ou projeto temporário.

Outro ponto relevante refere-se às desigualdades estruturais que atravessam a implementação de políticas intersectoriais. A análise das práticas do Programa Saúde na Escola, por exemplo, mostra que muitas vezes a intersectorialidade é generificada, isto é, vinculada a atribuições historicamente delegadas às mulheres, especialmente no campo do cuidado e da educação.

Essa perspectiva aponta para a necessidade de problematizar as relações de poder e gênero que se reproduzem no interior das práticas intersectoriais, sob pena de perpetuar desigualdades em vez de superá-las (SILVEIRA; MEYER; FÉLIX, 2019/2020). Além disso, a intersectorialidade deve ser entendida não apenas como uma estratégia administrativa, mas como prática social e política capaz de estimular processos de formação crítica. A experiência relatada por Gonçalves de Carvalho e Silva (2014) evidencia como a integração entre diferentes setores e saberes promove a participação comunitária e o exercício da cidadania, favorecendo a criação de projetos educativos interdisciplinares que dialogam diretamente com a realidade local.

Esse tipo de vivência reforça o papel da escola como território de mobilização social, em que o conhecimento acadêmico se alia ao saber popular para enfrentar desafios coletivos. Nesse cenário, a extensão universitária desempenha papel estratégico, pois atua como mediadora entre universidade e comunidade, aproximando estudantes e docentes dos problemas sociais e ampliando as possibilidades de intervenção. Segundo Sousa (2017), a inserção da extensão no âmbito escolar favorece a construção de práticas de saúde integradas ao processo educativo, fortalece o vínculo com as comunidades e contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às demandas sociais. A universidade, ao atuar em parceria com escolas e unidades de saúde, cria um espaço de experimentação e inovação, no qual a intersectorialidade se concretiza como prática formativa e cidadã.



Assim, observa-se que a articulação entre extensão universitária, saúde e educação básica não apenas enriquece o processo pedagógico, mas também possibilita a formação de sujeitos críticos e participativos. A intersetorialidade, quando efetivamente implementada, transforma a escola em um espaço de construção coletiva, em que diferentes saberes dialogam em prol da vida, da saúde e da cidadania. Os estudos analisados convergem na defesa de uma educação que ultrapasse os limites da sala de aula e se vincule às questões sociais, reafirmando a importância da universidade como agente de transformação e da escola como núcleo central de práticas intersetoriais.

CONCLUSÃO

A análise das estratégias de articulação entre a extensão universitária, o setor saúde e a educação básica evidencia que a intersetorialidade é um caminho necessário para a construção de uma escola comprometida com a cidadania e com o desenvolvimento integral dos sujeitos. Ao longo da reflexão, ficou evidente que a escola não pode ser compreendida apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas sim como território de formação humana, no qual diferentes dimensões da vida, sociais, culturais, políticas e de saúde, se entrelaçam e exigem respostas conjuntas e integradas.

A aproximação entre universidade, saúde e educação básica mostrou-se capaz de ampliar a potência das ações pedagógicas, permitindo a construção de práticas mais democráticas, participativas e inovadoras. Essa articulação favorece a criação de vínculos sólidos entre os diferentes setores, promove a troca de saberes e experiências e contribui para a valorização tanto do conhecimento científico quanto do conhecimento comunitário. Desse modo, a intersetorialidade fortalece a escola enquanto espaço de acolhimento, prevenção, cuidado e emancipação social.

Outro ponto relevante é o papel da extensão universitária como mediadora desses processos. A presença da universidade no contexto escolar e comunitário não apenas aproxima estudantes e docentes da realidade social, mas também possibilita a experimentação de práticas transformadoras, que rompem com a fragmentação do ensino e estimulam a formação crítica. A extensão, nesse sentido, cumpre seu papel de



indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, ao mesmo tempo em que contribui diretamente para a construção de políticas públicas mais eficazes.

Apesar dos avanços e do reconhecimento da importância da intersetorialidade, os desafios ainda são muitos. A superação da fragmentação entre setores, a necessidade de formação continuada dos profissionais envolvidos, a valorização do trabalho coletivo e o fortalecimento das redes de apoio são aspectos que precisam ser constantemente retomados e aprimorados. A escola, como espaço privilegiado de socialização e desenvolvimento, deve ser continuamente pensada a partir de uma perspectiva integral, capaz de responder às demandas complexas que atravessam o cotidiano das comunidades.

Nota-se que a intersetorialidade, quando assumida de forma crítica e planejada, constitui uma ferramenta poderosa de transformação social. Ao integrar esforços da extensão universitária, do setor saúde e da educação básica, abre-se a possibilidade de construir práticas mais inclusivas, equitativas e cidadãs. Trata-se de reafirmar a escola como espaço de promoção da vida e da cidadania, onde cada sujeito possa desenvolver-se plenamente, participando ativamente da construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

REFERÊNCIAS

BARILLI, Elomar Castilho; PESSÔA, Luisa Regina. **A intersetorialidade saúde e educação para a construção de escolas promotoras de saúde:** percepções dos profissionais ligados ao curso a distância Gestão de Projetos de Investimento em Saúde. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 7, n. 2, 2023. [↓](#)

FECHNER, Karen Lili; GUMBOWSKY, Argos. Educação, saúde e assistência social: o papel da intersetorialidade na promoção de políticas públicas. *Revista Educação e Saber – REdeS*, v. 2, ano indicativo, artigo, 2021-2022.

GONÇALVES DE CARVALHO, Cecília Maria Resende; SILVER (ou Silva) etc. **Educação e cidadania:** uma experiência interdisciplinar na comunidade. *Participação*, nº 23/24, p. 17-24, 2014.

SANTOS, Mariana Santana dos; SOUZA, Helton Saragor de; PASQUIM, Heitor Martins. **Intersetorialidade ou bissetorialidade no Programa de Saúde na Escola:** o peso da ausência da Política de Assistência Social. *Serviço Social & Saúde*, v. 22, 2023.



SILVEIRA, Catharina da Cunha; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; FÉLIX, Jeane. A generificação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 2019/2020 (tempo de publicação), vol., nº, p.----.

SOUSA, Marta Caires de. **Saúde na Escola: analisando os caminhos da intersetorialidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

